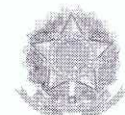




**CREMERS**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



AUTARQUIA  
FEDERAL

## ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO

**PROCESSO N.º 214/2019**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução de reforma da recepção e área de atendimento no andar térreo do prédio da sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul – CREMERS, situado à Av. Princesa Isabel nº 921, em Porto Alegre/RS.

A Comissão Permanente de Licitação do CREMERS, nomeada pela Portaria nº 97/2019 de 04 de julho de 2019, no uso de suas atribuições legais, torna público:

Empresa de engenharia interessada em participar da licitação em epígrafe encaminhou e-mail no dia 21/08/2019, às 14h22min, protocolado sob nº 60.375, o qual foi recebido pela Comissão de Licitação como IMPUGNAÇÃO ao EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019, cuja sessão de abertura está marcada para o dia 02/09/2019.

Analizando os argumentos da impugnante, e considerando que tema análogo fora objeto de apreciação do Tribunal de Contas da União, o qual, conforme consta no Acórdão 1674/2018–Plenário, considerou irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao CREA, uma vez que o art. 55 da Resolução CONFEA 1.025/2019 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica, a Comissão Permanente de Licitação decidiu pelo PROVIMENTO da IMPUGNAÇÃO.

Em respeito aos princípios da isonomia e da ampla concorrência, se precederá à retificação do edital, o qual, em conformidade ao art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, será oportunamente divulgado pela mesma forma que se deu o texto original, tendo seus prazos originais reabertos.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2019

**Alfredo Rosa da Silva**  
Membro da CPL

**Esequiel Steil**  
Presidente da CPL

**Silvana Conceição Weber Gouveia**  
Membro da CPL

**Rafaela Schneider Schardong**  
Membro da CPL

**Tábata Kozerski**  
Membro da CPL

**Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul**

Av. Princesa Isabel, 921 | Bairro Santana | Porto Alegre - RS | CEP: 90620-001

Fone: (51) 3300.5400 | cremers@cremers.org.br

cremers.org.br /cremersoficial

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE  
DO SUL - CREMERS**

**REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019**

**CONSTRUVIA SERVIÇOS DE REFORMAS PREDIAIS EIRELLI**, inscrita no CNPJ sob nº 08.977.382/0001-10, com sede no SIG Quadra 03 Bloco C, nº 60, sala 201 – CEP 70296-060 em Brasília/DF, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria **IMPUGNAR** a licitação em epígrafe, pelo fatos expostos a seguir;

No item 7.9. Qualificação Técnica, pede-se:

7.9.1. As empresas cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:

7.9.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação

previstas no Projeto Básico, em plena validade;

7.9.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional, através da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter executado obra compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo, **devidamente registrado pelo CREA/CAU e acompanhado(s) da(s) CAT(s) (Certidão de Acervo Técnico) emitida(s) por CREA/CAU,** devendo apresentar, obrigatoriamente, no mínimo, as seguintes características similares ao objeto: (grifo nosso).

a) referir-se à construção ou reforma de edificações com área mínima de 65,00 m<sup>2</sup>;

b) referir-se à execução de instalações elétricas em baixa tensão;

c) referir-se à instalação de sistemas de climatização;

d) referir-se à instalação de mobiliário/painéis em MDF;

7.9.3.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza do serviço, endereço completo do serviço, data de início e conclusão do serviço, nome e título dos responsáveis

técnicos, nº do CREA/CAU dos responsáveis técnicos, descrição dos serviços executados e suas quantidades, número da ART/RRT e número do contrato ou documento equivalente.

7.9.3.2. Não será aceito atestado de obra inacabada, executada parcialmente, ou em consórcio com outras empresas.

Veja-se que a qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a **capacidade técnico-operacional**, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada **capacidade técnico-profissional**, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.

A conjugação do inc. II do art. 30 e o texto final de seu §1º (após os vetos presidenciais) indica que a comprovação da capacitação técnico-profissional dependerá de registro nas entidades profissionais competentes.

O Manual de Procedimentos Operacionais do Crea, por sua vez, esclarece de forma expressa, que **“o atestado registrado no Crea constituirá prova da capacidade técnico-profissional para qualquer pessoa jurídica desde que o profissional citado na CAT: (...) e que o Crea não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo”**. (grifo nosso).

Dessa forma, diante da falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua **capacidade técnico-operacional** por meio de atestados registrados no Crea ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço.

Vale observar, por fim, que esse também é o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, representado pelo Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara e o recém-publicado Acórdão 655/2016 do Plenário:

*1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011”. (Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara)*

*9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de comprovação de*

*aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara; (Acórdão 655/2016 do Plenário).*

Com a devida venia, nesse sentido não cabe à empresa possuir atestado registrado no CREA. De acordo com o que for a publicado em Fevereiro de 2017, note que o Acórdão 205/2017 confirma o entendimento do Plenário do TCU **no sentido de configurar falha a “exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução Confea 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário”.** (grifo nosso)

Em face a ampla concorrência e respeitando os princípios da isonomia previsto na Lei 8666/1993, pedimos que seja retificado o item 7.9 do edital e aceito para fins de comprovação do mesmo o Atestado de Capacidade Técnica da empresa, sem precisar ser registrado no CREA, em respeito a Resolução do próprio CONFEA.

Nesses Termos  
P. Deferimento.

Brasília, 21 de Agosto de 2019.



**CONSTRUVIA SERVIÇOS DE REFORMAS PREDIAIS EIRELI**  
**CNPJ 08.977.382/0001-10**

**SIG QUADRA 03 BLOCO C Nº 64 SALA 201**  
**CEP 70610-430/ BRASÍLIA-DF.**  
**TEL +55 61 30459992**